ARTIGO

Proposta para um novo IDEB

Ruben Klein [a]

Resumo

Este artigo apresenta uma proposta para um novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) baseada na manutenção da atual estrutura, com modificações nos seus componentes, mas mantendo seus pressupostos e propriedades, como o cálculo do IDEB para Brasil, Regiões, UFs, Redes e escolas. A padronização da proficiência de cada disciplina/série é baseada em um julgamento de qual deve ser o nível adequado e a meta é obtida a partir de uma distribuição de referência. No índice de rendimento (IR), a taxa de aprovação é substituída pela taxa de promoção e o cálculo do IR leva em conta as matrículas de cada série. O artigo propõe que o IDEB seja calculado para vários grupos populacionais para que se estude a desigualdade existente e até que se proponha metas de redução da desigualdade, sempre tendo em mente que se quer equidade com qualidade.

Palavras-chave: IDEB, SAEB, Nota Padronizada, Índice de Rendimento.

1 Introdução

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), desde o seu lançamento em 2007, teve uma importância e influência muito grande na educação brasileira. O IDEB reúne em um só indicador uma medida de qualidade da educação composta pelo desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e por uma medida de fluxo ou movimentação escolar.

A educação básica, inclui os 3 segmentos ou ciclos, a saber, os Anos Iniciais (AI) do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (EF), os Anos Finais (AF) do 6º ao 9º ano do EF e o Ensino Médio (EM) da 1ª à 3ª série (pode-se também numerar do 10º ao 12º ano). Alguns lugares têm uma 4ª série com muitos poucos alunos. Existe um IDEB para cada um dos 3 segmentos.

[a] Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em: 08 jan. 2026
Aceito em: 03 fev. 2026

Desde 1995, o SAEB avalia os conhecimentos adquiridos pelos estudantes do último ano de cada um dos três segmentos de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. O SAEB utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI) que permitiu a construção de uma escala única para cada disciplina entre os anos escolares e entre os anos de avaliação. Isso permite fazer a comparação entre os resultados dos diferentes anos da avaliação. Em 1997, para cada disciplina, foi estabelecida/arbitrada uma média de 250 e um desvio padrão (DP) de 50 para a distribuição de proficiências dos estudantes do último ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental (9º ano, ou, na época, 8ª série). A partir daí, obtêm-se as médias dos demais anos escolares de avaliação.

A medida de desempenho é dada pela nota padronizada (NP) (Fernandes, 2008a), definida pela média aritmética das notas padronizadas de cada disciplina, sendo que a nota padronizada para cada disciplina é dada por:

NP_disc = (média no ano – liminf) / (limsup-liminf),

*onde liminf = média em 1997 – 3*dp do ano escolar em 1997,*

*limsup = média em 1997 + 3*dp do ano escolar em 1997*

A medida de fluxo ou movimentação escolar, chamada de índice de rendimento (IR) é dada pela média harmônica das taxas de aprovação dos anos escolares de cada segmento (Fernandes, 2008a).

Finalmente o IDEB é definido por:

*IDEB = 10 * NP * IR, para que fique entre 0 e 10.*

O IR pode ser interpretado como uma penalidade, já que varia de 0 a 1. Como o IR depende de todas as séries do segmento, represar alunos para não chegarem lá, baixa o IR e consequentemente o IDEB. Aprovação automática sem aprendizagem, baixa a nota padronizada. Como consequência, o IDEB estimula simultaneamente a melhoria de aprendizagem e o aumento das taxas de aprovação.

A importância do IDEB veio do fato desse índice poder ser calculado para o Brasil, UFs, municípios, redes e escolas; da colocação de metas para cada segmento e disciplina a serem alcançadas até 2022; e, muito importante, permitir ou possibilitar a divulgação dos resultados.

A meta do IDEB foi obtida a partir de uma compatibilização da escala SAEB com a escala do PISA (Fernandes, 2008b). E foram criadas metas anuais a serem obtidas por diferentes unidades da federação (UF), municípios, etc.

As metas do IDEB atual foram estabelecidas para até 2022 e agora é possível uma revisão de sua fórmula para contemplar as críticas que têm sido feitas.

Desde 2007, há muitos artigos relacionados ao IDEB. Por exemplo, Soares, Soares e Santos (2020) fazem uma revisão sistemática da literatura sobre o IDEB no período de 2007 a 2018. Podemos citar também Alves & Soares, (2013); Faria, Maggi & Soares (2024); Mesquita, (2012); Soares & Santos (2024); Soares & Santos (2025); Soares (2009); Soares, Alves & Fonseca, J. A. (2021); Soares & Xavier (2013); Waltenberg (2024). Muitas destas críticas referem-se ao IDEB não medir todos os aspectos da educação, ter problemas de interpretabilidade e ignorar as desigualdades existentes na sociedade. Por exemplo, Soares (2009), propõe um novo indicador que pretende dar maior interpretabilidade e introduzir um julgamento de qualidade, enquanto Waltenberg (2024) propõe tratar a desigualdade com um IDEB-D (IDEB ajustado a desigualdade) semelhante ao IDH-D da ONU.

Algumas críticas que tem sido feita pelo autor deste artigo são:

- Depende das médias e desvios padrão das distribuições de proficiência do ano de 1997. Como em 1997, os desvios padrão no 5º ano são menores que 50, o desvio padrão arbitrado para o 9º ano, e o desvio padrão na 3ª série do EM é maior que 50, a um mesmo aumento de proficiências, o IDEB cresce mais no 5º ano, depois no 9º ano e por fim na 3ª série do EM.

- Não tem julgamento de valor, sobre o que os alunos sabem e são capazes de fazer. Somente comparação entre a média do ano considerado e a média do ano de 1997. Necessita de uma comparação *ad-hoc* com os resultados da OCDE no PISA para estabelecer a meta. Isso depende do ano da comparação do SAEB e do PISA.

- A padronização sugere que o desempenho é melhor em Matemática do que em Leitura, contrário a realidade observada.

- Deve retirar a 4ª série do EM do indicador de rendimento. Só algumas Unidades da Federação (UFs) têm essa 4ª série do EM.

- O indicador de rendimento dá peso igual a todas as séries, ignorando a diferença das matrículas.

- O indicador de rendimento em cada série só considera a taxa de aprovação em cada ano escolar, uma medida de movimentação escolar como proxi de medida de fluxo. Não considera as evasões em cada ano escolar.

- As escolas privadas não têm IDEB. Para isso, é necessário estender a universalização do SAEB às escolas privadas. Só há IDEB para a rede privada, como um todo, obtida a partir da amostra do SAEB.

Outras críticas incluem a não consideração da evasão. No entanto considera-se o abandono e a reprovação em todas as séries, o que afetam a repetência e a evasão. A taxa de promoção levará em conta estas taxas.

A proposta do autor é aperfeiçoar o atual IDEB levando em conta as críticas acima.

2 Proposta para uma medida de desempenho

A proposta a ser apresentada neste artigo depende de um julgamento em termos dos conhecimentos e habilidades que os alunos devem possuir na série considerada. Este ponto é chamado de nível adequado. Outros julgamentos que têm sido feitos são o ponto do nível básico que caracteriza o mínimo de conhecimentos e habilidades que os alunos devem possuir na série considerada e o ponto do nível avançado que indicaria que os alunos possuem conhecimentos e habilidades mais complexas para sua série. Uma proposta apresentada necessita da definição dos pontos destes 3 níveis, Soares (2009). É importante frisar que o julgamento depende da pessoa, algumas exigem mais e outras menos. Por isto é necessário um consenso nacional sobre quais seriam estes pontos. Estes julgamentos podem ser feitos através da atual escala interpretada do Saeb e está sendo feito atualmente também pelo INEP através do método Angoff, (1971) e metodologia apresentada em Wyse (2017).

Uma vez definidos estes níveis, é preciso medir quantos alunos estão alcançando-os. Uma maneira é calcular o percentual de alunos acima de cada nível. Para definir 'qualidade', é necessário definir metas, ou seja, os percentuais desejados para a população. Estas metas e definições dos pontos devem ser factíveis, mas também exigentes.

A proposta é manter, para a nota padronizada, o modelo de padronização introduzido por Fernandes (2008a), trocando, para cada ano escolar/disciplina a média em 1997 por um nível (ponto) considerado adequado e fixando o mesmo desvio padrão de 50 para todos os casos. Deve se lembrar que as escalas são de cada disciplina e são diferentes. Estas duas mudanças introduzem julgamento, corrigem a distorção observada nas Notas Padronizadas das disciplinas e garantem que um mesmo aumento de proficiência acarrete um mesmo aumento da nota padronizada. A meta para cada nota padronizada será dada por uma distribuição de referência introduzida em Klein (2019).

Observa-se que os valores padronizados dependem apenas do centro do intervalo — neste caso, o nível adequado — e do desvio padrão, que definem os limites inferior e superior. A tabela 1 exibe alguns valores da nota padronizada.

Tabela 1 – Alguns valores da nota padronizada em termos do nível adequado (A) e do desvio padrão (DP)

N	A-2dp	A-1.5dp	A-1dp	A-0.5dp	A	A+0.5dp	A+1dp	A+1.5dp	A+2dp
NP	0,167	0,250	0,333	0,417	0,500	0,583	0,667	0,750	0,833

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Anterior ao IDEB, Klein (2006) propõe metas muito exigentes ou ambiciosas (no nível de cobrança do que os alunos sabem e são capazes de fazer e, portanto, mais difíceis de serem alcançadas) para a disciplina de matemática, inclusive acrescentando níveis básico e avançado. Ainda em 2006, o Movimento Todos pela Educação, criou metas educacionais menos exigentes a serem alcançadas. Nas metas, em cada disciplina, pelo menos 70% dos alunos devem ter proficiência acima de um nível (ponto) da escala considerado adequado. Para a meta, não basta definir o nível (ponto) adequado, é preciso definir também o percentual de alunos acima deste nível (ponto).

O Movimento Todos pela Educação não criou níveis básico e avançado. A Tabela 2 exibe os níveis considerados adequados pelo Todos pela Educação. Cremos que o nível adequado em LP da 3ª série do EM deveria ser 325 e não 300. Cremos, também, que já é possível fazer uma atualização destes pontos, especialmente no 5º ano EF, tornando a meta mais exigente.

Tabela 2 – Pontos na escala SAEB considerados adequados pelo movimento todos pela educação

	5º ano EF	9º ano EF	3ª série EM
Língua Portuguesa	200	275	300
Matemática	225	300	350

Fonte: Elaboração do autor (2025)

A Tabela 3 exibe valores arredondados para as médias em Língua Portuguesa (LP) e em Matemática (MT), no SAEB 2023, (INEP, 2024,) para os diversos anos escolares, enquanto a Tabela 4 apresenta as novas notas padronizadas supondo que os centros dos intervalos são os níveis adequados do Todos pela Educação e um desvio padrão igual a 50. Observa-se que as notas padronizadas em LP são maiores que em MT, corrigindo uma das críticas feitas ao atual IDEB.

Tabela 3 – Médias em língua portuguesa (LP) e matemática (MT) no SAEB 2023

	5º ano EF	9º ano EF	3ª série EM
LP	214	261	277
MT	225	259	273

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Tabela 4 – Notas padronizadas centradas nos níveis adequados do todos pela educação e um desvio padrão igual a 50

	5º ano EF	9º ano EF	3ª série EM
LP	0,547	0,453	0,423
MT	0,500	0,363	0,243

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Klein (2019) define para o nível (ponto) adequado A e desvio padrão dp, a distribuição normal de referência com média A + 0,5dp e desvio padrão (dp). Para esta distribuição, a probabilidade da proficiência ser maior que A é 0,691, aproximadamente 0,70 (Tabela 5). Pela Tabela 1, a nota padronizada desta média é 0,583. Esta deveria ser a meta. Pode-se aproximar para 0,6. Multiplicando por 10, como na fórmula do IDEB, temos 6.

Portanto a média da distribuição de proficiência no ano deveria ser pelo menos A + 0,5dp para que a meta da nota padronizada seja aproximadamente 6, correspondente a se ter 70% dos alunos acima do nível (ponto) adequado.

Para a meta do IDEB, deve-se multiplicar a meta da nota padronizada por uma taxa de aprovação de 0,96. Ou seja, 0,583*0,96 que é aproximadamente igual a 5,6. Pode-se aproximar para 5,5 ou 6.

Tabela 5 – Probabilidade da variável aleatória X, com distribuição normal com média a + 0,5 dp e desvio padrão DP ser maior que alguns pontos

P(X > A-1,5dp) =	0,977	
P(X > A-1dp) =	0,933	~0,95
P(X > A-0,5dp) =	0,841	
P(X > A) =	0,691	~ 0,7
P(X > A+0,5dp) =	0,5	
P(X > A+1dp) =	0,309	~ 0,3
P(X > A+1,5dp) =	0,159	
P(X > A+2dp) =	0,067	

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Tem sido comum definir os níveis básico e avançado como distantes 1 (um) ou 1,5 dp do nível adequado, ver Klein (2019). A Tabela 5 exibe, para a distribuição de referência com média m = A + 0,5dp e desvio padrão (dp), algumas probabilidades maiores que alguns pontos da escala, incluindo os pontos acima. Observa-se que se a distância ao nível adequado for 1dp, a probabilidade de ser maior que o nível básico é aproximadamente de 95% e de ser maior que o nível avançado é aproximadamente de 30%. Pela tabela 1, as notas padronizadas correspondentes aos níveis básico e avançado seriam, respectivamente, 0,333 e 0,667.

Então, se a meta de 0,583 ou 0,6 fosse atingida, pela distribuição de referência, teríamos probabilidade de cerca de 95% das notas padronizadas serem maior que 0,333 (nível básico), de 70% serem maior que 0,5 (nível adequado) e de cerca de 30% serem maior que 0,667 (nível avançado).

O importante é que se tendo descrições pedagógicas destes níveis, tem-se também para as notas padronizadas destes níveis. Desta maneira, as metas para as notas padronizadas correspondem às metas de aprendizagem.

Esta proposta difere da proposta de Soares (2009), na qual um índice é definido a partir das proporções nos intervalos abaixo do básico, entre os pontos de corte básico e adequado, entre adequado e avançado e acima do avançado. Esta proposta também tem um julgamento de valor do que seriam estes pontos de corte e depende destes pontos. A crítica a esta proposta é pequenas variações das proficiências em torno dos pontos de corte podem alterar em muito o índice, enquanto variações das proficiências dentro dos intervalos não alteram o índice.

Finalmente, ressalta-se que esta proposta permite o uso da mesma fórmula de cálculo para o IDEB do Brasil, de subsistemas escolares e das escolas, além de também tornar as notas padronizadas comparáveis. Para cada nota padronizada de uma disciplina, pode-se retornar à proficiência e através da distribuição de referência calcular a probabilidade da proficiência estar acima daquele valor.

3 Proposta para o índice de rendimento

O atual índice de rendimento (IR) é baseado nas taxas de aprovação, que mesmo contemplando todos os anos escolares do segmento, não leva em conta possíveis evasões em anos anteriores. Por exemplo, em um caso extremo, seria possível ter taxa de aprovação de 100% e evasão de todos os reprovados e de alguns aprovados em todos os anos escolares, causando uma diminuição constante da matrícula dos anos escolares ao longo dos anos. Isso acontece porque a taxa de aprovação, junto com a taxa de não aprovação (taxa de reprovação + taxa de abandono) são taxas de movimentação escolar no ano letivo, não contemplando transições entre séries. Estas taxas de movimentação escolar são relativas a matrícula que inclui os alunos aprovados e reprovados no final do ano e os que abandonaram durante o ano.

O cálculo das taxas de transição entre séries, ou seja, as taxas de promoção, de repetência e evasão (ou saída do sistema escolar em consideração) necessita das matrículas de dois anos consecutivos.

Estas taxas são definidas da seguinte maneira, dado um sistema escolar e anos t e (t+1).

- Taxa de promoção na série i do ano t para o ano (t+1) = proporção (percentual) de alunos matriculados na série i no ano t no sistema escolar que estão matriculados na série (i+1) no ano (t+1) no mesmo sistema escolar.

- Taxa de repetência na série i do ano t para o ano (t+1) = proporção (percentual) de alunos matriculados na série i no ano t no sistema escolar que estão matriculados na série i no ano (t+1) no mesmo sistema escolar.

- Taxa de saída do sistema na série i do ano t para o ano (t+1) = proporção (percentual) de alunos matriculados na série i no ano t no sistema escolar que não estão matriculados no ano (t+1) no mesmo sistema escolar.

Aqui é interessante separar a taxa de saída do sistema nas taxas de saída de aprovados e na taxa de saída de não aprovados. Deixamos o termo evasão no Brasil para o sistema escolar total no Brasil (todos os alunos matriculados no sistema regular de ensino). Desta maneira um aluno que muda de estado, e continua na escola é um aluno que saiu do sistema de ensino de seu estado original, mas não é um evadido.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) considera somente o sistema regular de ensino do Brasil como um todo e classifica o aluno como promovido, repetente e evadido. Assim quando publica as taxas de transição entre séries de um subsistema escolar, como o sistema de um estado, ou de uma rede administrativa, essas taxas refletem o que aconteceu com o aluno no Brasil e não somente no seu subsistema. Desta maneira, um aluno promovido ou repetente pode estar matriculado em outro subsistema e não necessariamente em seu subsistema original. Um aluno evadido é um aluno que não está matriculado no sistema regular de ensino no Brasil no ano seguinte.

Isso é bom para o IDEB, pois o que importa é se o aluno está matriculado na série seguinte e que não se evadiu. Esta taxa de promoção leva em conta a evasão, pois a soma das taxas de promoção, repetência e evasão é igual 1.

Estamos de acordo com a proposta de Moreno (2024) de usar as taxas de promoção no lugar das taxas de aprovação. Isto porque as taxas de promoção levam em conta a evasão enquanto as taxas de aprovação não, pois, evasão é um conceito que exige dois anos consecutivos, enquanto a taxa de aprovação depende somente do ano considerado. O IEDE (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional) (2022) propôs usar as médias das taxas do ano considerado e as

do ano anterior para levar em conta eventuais aumentos de repetência (e evasão) no ano anterior ao do SAEB.

A taxa de promoção do segmento em um determinado ano é a média ponderada das taxas de promoção das séries do segmento, cujo peso é a matrícula da série, levando-se em conta o tamanho de cada série. Isso é equivalente a taxa de promoção de todos os alunos do segmento.

Portanto, o IR deveria ser a média das taxas de promoção, no segmento de ensino, no ano do SAEB e no anterior.

Deve-se lembrar que o número de alunos promovidos é a diferença entre o número de alunos aprovados e o número de alunos evadidos aprovados. Na 3ª série do EM (final do EM), a taxa de promoção coincide com a taxa de aprovação, pois não há série seguinte.

Para calcular as taxas de transição entre séries de um ano para o seguinte, é necessário o censo escolar dos dois anos. Pelo menos até o fluxo de 2017 a 2018, a taxa de evasão calculada ficava mais alta que a possibilidade demográfica, provavelmente por problemas de preenchimento do censo. Mas dava para calcular uma taxa de repetência e de promoção mínimas. Os alunos transferidos não levam (ou podem não levar) seu código único de identificação do INEP e, apesar dos esforços, do INEP, alguns alunos não podem ser identificados no ano seguinte acarretando uma evasão maior que a real, inconsistente com os dados demográficos. Por isso o INEP criou uma base longitudinal que precisa de mais dois anos para fazer as correções e imputações necessárias. Provavelmente as taxas de movimentação escolar também sofrem alguma correção.

A maneira de corrigir ou, pelo menos, minorar este problema seria garantir que todo documento escolar contenha o código único INEP do aluno. Desta maneira, as escolas saberiam estes códigos dos alunos transferidos.

Para se ter as taxas de promoção mais atuais para o cálculo do IDEB, as taxas de promoção mínimas poderiam ser utilizadas. Mais tarde, o IDEB poderia ser refeito com as taxas corrigidas, como feito comumente com indicadores econômicos.

Para o cálculo da taxa de promoção do ano do SAEB para o ano seguinte, é necessário se ter as matrículas do ano seguinte ao IDEB. Talvez o INEP tenha de adiantar a coleta destas matrículas no censo escolar.

Inicialmente, em discussões sobre o IDEB, havíamos proposto acompanhar uma coorte em um segmento e verificar sua taxa de conclusão, isto é, a proporção da coorte que termina no tempo certo o segmento. Pode-se também calcular sua taxa de participação, isto é, a proporção da coorte que entra na série seguinte a do segmento considerado.

Quando se reduz o tempo certo para 1 ano, a taxa de conclusão no tempo certo é a taxa de aprovação e a taxa de promoção para a série posterior é a taxa de participação na série seguinte. A coorte considerada deve ser a coorte dos alunos matriculados na série. Em 1 ano, o acompanhamento da coorte não pode considerar a repetência e evasão. Por isso é melhor considerar a taxa de promoção.

Estudos interessantes e que deveriam ser feitos incluem acompanhar uma coorte desde a 1ª série, passando pelo final do EFI, EFII e finalmente o EM. Para isso são necessários 5, 9 e 12 anos, respectivamente. Isto é muito tempo para indicadores que pretendem refletir o momento atual. Para reduzir este tempo, a proposta propunha acompanhar coortes por segmento, coortes matriculadas no 1º ano do segmento e que estariam concluindo o segmento no tempo certo no ano do SAEB e calcular as taxas de conclusão destas coortes. Seriam precisos 5 anos para o EFI, 4 anos para o EFII e 3 anos para o EM. Se quiséssemos a taxa de participação na série posterior ao segmento precisaríamos de 6 anos no EFI e 5 anos no EFII. A taxa de participação na série seguinte não faz sentido para o EM, pois a 3ª série do EM é terminal na Educação Básica. Neste acompanhamento da coorte, ocorrem repetências e evasões.

Isso é fácil para o Brasil, mas começa a complicar para os subsistemas escolares, pois há saídas e entradas neste subsistema.

4 Equidade e desigualdades

Uma das críticas que se faz ao IDEB é que o índice não inclui nenhuma referência a desigualdades. Acho esta crítica injusta, pois pode-se calcular o IDEB para qualquer grupo ou subgrupo populacional, desde que se tenha a informação caracterizando os grupos e número suficiente de alunos nos grupos. A partir disto, pode-se comparar os IDEBs entre os grupos e, também, com a meta.

Por exemplo, pode-se calcular o IDEB para os diferentes quartis ou quintis de um índice socioeconômico, por gênero, por cor, etc., e por combinações destes grupos. Isto é feito comumente com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ou Censos Demográficos. Esses IDEBs por grupos já

poderiam estar sendo calculados. Cremos que esta é uma maneira clara e intuitiva de encarar o problema e que permite instituir metas para diminuir as desigualdades.

É importante frisar que se deseja equidade com qualidade. Entende-se equidade como todos tendo as mesmas oportunidades de aprendizagem independente de suas origens socioeconômicas e culturais. Por isso, a comparação com a meta do IDEB deve estar sempre presente também.

É preciso melhorar a qualidade destes dados socioeconômicos. Há muita não resposta ou resposta 'Não sei' nos questionários do SAEB, especialmente no 5º ano. Talvez o Censo Escolar possa coletar esses dados se as escolas utilizarem uma ficha de matrícula que tenha informação sobre a família e o aluno como o nível de instrução da mãe e pai e a autodeclaração da cor. Se for possível, incluir outras variáveis relativas ao socioeconômico.

Tanto nas propostas feita por Soares (2009), como na apresentada neste artigo, pode-se usar a proposta de Waltenberg (2024) de se criar o IDEB-D a semelhança do IDH-D da ONU.

5 Conclusão

As propostas apresentadas mantêm a estrutura do IDEB atual e constituem um aprimoramento do Índice. Será importante calcular o novo IDEB nos dados anteriores e manter as duas versões por algum tempo para que haja continuidade de comparação.

Há muitas incertezas no futuro. Com a mudança das matrizes de referência do SAEB em Língua Portuguesa e Matemática, as escalas vão continuar as mesmas, bastando atualização de sua interpretação?

Quais serão os níveis básico, adequado e avançado para cada disciplina/série? É preciso haver um consenso da comunidade, talvez coordenado pelo INEP.

Vai haver uma universalização das escolas públicas na avaliação do 2º ano EF? Se for, as escolas públicas poderiam ter seu IDEB do 2º ano EF. Neste caso, o IDEB dos Anos Iniciais poderia ser modificado para o segmento somente do 3º ao 5º ano EF.

O SAEB deveria ser universalizado para as escolas privadas, de modo que estas possam ter seu IDEB. Senão, continua havendo IDEB das escolas privadas somente para os estratos da amostra.

Não vemos como avaliar no SAEB alunos que estão fora da escola. De forma indireta, eles estão contemplados nas taxas de promoção de todas as séries em dois anos consecutivos. Este é um dado populacional, que não pode ser calculado para uma rede administrativa. O percentual de alunos de uma certa idade frequentando a escola tem sido calculado pelas PNADs para o Brasil e UFs e deve ser mais divulgado.

É importante que se continue a perseguir a queda da repetência e da evasão. O uso das taxas de promoção no IDEB vai incentivar este objetivo, assim como o uso das taxas de aprovação incentivaram o aumento destas taxas e consequente queda da reprovação e abandono.

Finalmente, seria importante que se considere o uso do IDEB nos novos indicadores ligados ao Fundeb, como os do VAAR (Valor Aluno Ano por Resultado).

Proposal for a new IDEB

Abstract

This article presents a proposal for a new Basic Education Development Index (IDEB) based on maintaining the current structure, with modifications in its components, while preserving its assumptions and properties, such as the IDEB calculation for Brazil, Regions, States, School Systems, and schools. The standardization of proficiency for each subject/grade is based on a judgment of what the appropriate level should be, and the goal is obtained from a reference distribution. In the performance index (IR), the approval rate is replaced by the promotion rate, and the calculation of the IR takes into account the enrollments of each grade. The article proposes that IDEB be calculated for various population groups so that existing inequality can be studied and even reduction targets can be proposed, always keeping in mind the goal of achieving equity with quality.

Keywords: *IDEB, SAEB, Standardized Score, Performance Index.*

Propuesta para un nuevo IDEB

Resumen

Este artículo presenta una propuesta para un nuevo Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) basada en el mantenimiento de la estructura actual, con modificaciones en sus componentes, pero conservando sus supuestos y propiedades, como el cálculo del IDEB para Brasil, Regiones, Estados, Redes y escuelas. La estandarización de la proficiencia de cada disciplina/serie se basa en un juicio sobre cuál debe ser el nivel adecuado, y la meta se obtiene a partir de una distribución de referencia. En el índice de rendimiento (IR), la tasa de aprobación es reemplazada por la tasa de promoción, y el cálculo del IR considera las matrículas de cada grado. El artículo propone que el IDEB sea calculado para varios grupos poblacionales con el fin de estudiar la desigualdad existente e incluso proponer metas de reducción de la desigualdad, siempre teniendo en cuenta que se busca equidad con calidad.

Palabras clave: *IDEB, SAEB, Nota Estandarizada, Índice de Rendimiento.*

Referências

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, mar. 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012.

ANGOFF, W. H. Scales, norms, and equivalent scores. *In*: THORNDIKE, R. L. (ed.). *Educational Measurement*. 2. ed. Washington, DC: American Council on Education, 1971. p. 508–600.

FARIA, E. M.; MAGGI, L.; SOARES, R. M. Indicadores versus percepção de qualidade: um retrato da educação no Brasil. *In*: BRITO, J.; JACINTO, A.; GOULART, L. (org.). *Mídias educativas e impacto social*: as redes do Futura na era da comunicação de causas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

FERNANDES, R. *Nota técnica*: Índice de desenvolvimento da educação básica, IDEB. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

FERNANDES, R. *Nota metodológica sobre a compatibilização de desempenhos do PISA com a escala do SAEB*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n3_compatibilizacao_PISA_SAEB.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

IEDE. *Propostas e reflexões para o novo Ideb*. [S. l.]: IEDE, 2022. Disponível em: https://portaliede.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Propostas_Reflexoes_Novo_Ideb_Agosto2022-2.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Planilhas do IDEB*. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados. Acesso em: 3 fev. 2026.

KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? O que fazer? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 139-171, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000200002.

KLEIN, R. Uma solução para a divergência de diferentes padrões no SAEB. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 229-249, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002702060.

MESQUITA, S. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, p. 587-606, jul./set. 2012.

MORENO, C. *A medida de trajetória escolar no Ideb*: Rendimento vs. Fluxo. Brasília, DF: INEP, 2024. 1 apresentação em PowerPoint. Apresentada na Comissão de Assessoramento para Atualização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do INEP, nov. 2024.

SOARES, D. J. M.; SANTOS, W. dos. Indicadores de avaliação de contexto e resultados educacionais no Ideb: uma análise das escolas estaduais de ensino médio no Espírito Santo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 105, e5872, 2024. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.105.5872.

SOARES, D. J. M.; SANTOS, W. dos. Ideb e os desafios da educação como direito: Propostas para uma (re)formulação. *Estudos em Avaliação Educacional*, [S. l.], v. 36, e11780, 2025. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v36.11780.

SOARES, D. J. M.; SOARES, T. E. A.; SANTOS, W. dos. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Revisão Sistemática da Literatura. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 37, p. 912-932, out./dez. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v12i37.2773.

SOARES, J. F. Índice de desenvolvimento da Educação de São Paulo – Idesp: bases metodológicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 00-00, jan./jun. 2009. Disponível em: https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_03.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.; FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S. l.], v. 38, e0167, 2021. DOI: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0167.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, set. 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000300013.

WALTENBERG, F. *Equidade e o futuro do Ideb*. São Paulo: Instituto Unibanco, 2024. DOI: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.25403.63526.

WYSE, A. E. Five methods for estimating Angoff cut scores with IRT. *Educational Measurement: Issues and Practice*, [S. l.], v. 36, n. 4, p. 16-27, 2017. DOI: https://doi.org/10.1111/emip.12165

CC BY

Informações sobre o autor

Ruben Klein: Ph.D. em Matemática pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), EUA. Consultor em Estatística e Avaliação Educacional da Fundação Cesgranrio. Membro da Associação Brasileira de Avaliação Educacional. Contato: ruben@cesgranrio.org.br.

Contribuição do autor: O autor é o responsável pela concepção, escrita e revisão do artigo.

Declaração de conflitos: O autor declara não haver nenhum conflito que impeça a publicação do artigo.

Dados: Todos os dados utilizados para escrever o artigo estão publicados no próprio artigo.

Agradecimentos: O autor agradece a Suely da Silva Rodrigues por seus comentários.

Editores que avaliaram este artigo:
Alvaro Chrispino (Editor Associado)
Érika Dias (Editora)